



Jornalismo Investigativo e sua substituição pela prática declaratória

Camila Ferraz Martos de Toledo
Raíssa Abdalla Barbosa
Sula de Castro Zaleski
Andréia Jung Yun Choi
Adriana Paz Sandoval
Paula Cagliari de Alcântara Carone

Co-autora: Fábica Angélica Dejavite

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo

Este trabalho visa analisar e comparar a técnica investigativa e a declaratória de jornalismo, através dos telejornais Jornal Nacional, da Rede Globo de televisão, e Brasil Urgente, da Rede Bandeirantes de televisão, respectivamente. Inicialmente avaliamos como se comporta cada tipo de jornalismo, inserindo o código de ética dos jornalistas e, finalmente, comparamos as duas técnicas através dos programas escolhidos.

Palavras-chave

Jornalismo Investigativo; Jornalismo Declaratório; Ética jornalística; Jornal Nacional; Brasil Urgente

Introdução

Baseado no código de ética dos jornalistas fez-se uma análise comparativa entre a técnica jornalística utilizada pelos programas Jornal Nacional e Brasil Urgente, veiculados pela Rede Globo de televisão e Rede Bandeirantes de televisão, respectivamente.

Sob o ponto de vista ético analisamos se os programas se pautam pelas normas que delimitam a busca do furo jornalístico e tecemos ainda um breve comentário sobre a técnica investigativa e declaratória abordada pelos respectivos programas.

Camila Ferraz Martos de Toledo, Raíssa Abdalla Barbosa, Sula de Castro Zaleski, Andréia Jung Yun Choi, Adriana Paes Sandoval e Paula Cagliari de Alcântara Carone são estudantes de Comunicação Social-Jornalismo e desenvolveram este trabalho em 2006 para a disciplina de Metodologia Científica, o qual foi aprovado pelo seu ótimo desempenho.

Fábica Angelica Dejavite, orientadora desta pesquisa, possui graduação em Comunicação Social-Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1994), mestrado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (1996) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2003). É professora das Universidades Anhembi Morumbi e Universidade Presbiteriana Mackenzie.



Delimitamos também em que consiste o jornalismo investigativo e o declaratório, verificamos sua função social, questionamos como o código de ética dos jornalistas vem sendo abordado por esses programas, relacionando com a possível forma sensacionalista de suas apresentações, discutimos se há prejuízos e que danos eles podem causar às pessoas e às instituições, e então, avaliamos a legitimidade do jornalismo investigativo e seu papel na sociedade.

Além dos destaques acima é bom lembrar que a seriedade com que são tratadas as reportagens veiculadas é característica que mereceu ser avaliada neste trabalho, pois consideramos ser um fator relevante nos programas mencionados em razão da qualidade dos profissionais envolvidos.

Os métodos de pesquisa tiveram como abordagem o dedutivo, pois partimos de premissas estabelecidas pela ética jornalística para mostrar como esta é tratada no Jornal Nacional e no Brasil Urgente, e como procedimento, o comparativo, pelo fato de que investigamos de que maneira os programas que foram analisados empregaram a ética em suas matérias, evidenciando as semelhanças e diferenças.

Utilizamos pesquisas bibliográficas através de um levantamento do conhecimento já existente sobre o assunto e também documentais, já que analisamos entrevistas de profissionais relacionados com os programas e temas acima.

Jornalismo Investigativo

No início da atividade jornalística “A palavra repórter designava, em sua origem inglesa, o investigador. Repórter era o que não se limitava a descrever o fato, mas o que, depois de investigá-lo, contava uma história” (VIDIGAL, 2002).

Jornalismo investigativo é uma área específica da profissão, porém também é considerada uma “técnica que se pode aplicar em qualquer matéria, seja ela de esporte, de política ou de economia”, de acordo com o jornalista Antonio Fon (apud SEQUEIRA, 2005, p.74). O que caracteriza essa modalidade, afirma o jornalista Eugênio Bucci, “é o objeto da pauta, o método de apuração, a forma e conteúdo finais com que a reportagem se apresenta” (apud FORTES, 2005, p.35).

Apesar de já muitas vezes reconhecido como termo redundante, essa parte do jornalismo possui suas próprias particularidades e características:



A diferença do jornalismo investigativo aos demais setores da atividade são as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração que, necessariamente, deve ser maior, embora quase sempre exercido sobre pressão (FORTES, 2005, p.35).

“É consenso razoável entre os jornalistas que o ofício de se publicar notícias é, por si só, o resultado da atividade investigativa que demanda, em graus diferentes, um processo de apuração” (FORTES, 2005, p.35). A atividade, segundo Marcelo Beraba, *ombudsman* da *Folha de S. Paulo*:

Tornou-se uma qualificação específica para reportagens de mais fôlego, de maior investimento de apuração. Aquela que exige mais tempo e paciência para pesquisas, entrevistas, observação direta, checagem e re Checagem – a busca obsessiva por documentos e provas (apud FORTES, 2005, p.15).

No Brasil, esse tipo de reportagem começou a ganhar força “em meados dos anos 70 quando a censura imposta pela ditadura militar já havia deixado as redações depois de uma longa e tenebrosa temporada de arbítrio” (SEQUEIRA, 2005, p.19) e inspirado no caso Watergate, ocorrido em 1972, nos EUA. “Durante o governo Collor, a geração de jornalistas deu cara e tamanho ao conceito de jornalismo investigativo no país a ponto de proclamá-lo, sem fazê-lo formalmente, como um tipo de especialização dentro da profissão” (FORTES, 2005, P.21).

Esse tipo de jornalismo vem deixando de ser praticado por diversos fatores: custo-benefício, disponibilidade de tempo, de materiais especializados e repórteres. Para o diretor de redação do jornal “Folha de S. Paulo”, Otávio Frias Filho, “o jornalismo diário está submetido a pressões, interesses conflitantes como em qualquer processo, o que dificulta a condução de uma investigação que seja criteriosa” (SEQUEIRA, 2005, P.101). “A reportagem hoje já se contenta apenas com a cobertura, ou seja, com a descrição pura e simples do evento e as aspas nas bocas de algumas personagens” (VIDIGAL, 2002).

Em busca do melhor esclarecimento dos fatos os profissionais tendem a desenvolver estratégias específicas que esbarram em sua ética profissional:

Uma das estratégias mais comuns nas rotinas de trabalho do repórter investigativo é o uso da infiltração do profissional no centro dos acontecimentos. O recurso leva este a omitir, durante certo período, a sua identidade e seus objetivos para conseguir apurar os fatos (SEQUEIRA, 2005, P.75).



Outro método utilizado é o uso de grampos e câmeras ocultas, mas muitos são contra, “pois consideram o mecanismo formalmente ilegal e questionável sob todos os aspectos” (SEQUEIRA, 2005, p.76).

A questão fonte-repórter, mesmo no caso do jornalismo investigativo, que geralmente procura por fontes não-oficiais, “é um desafio clássico e já bastante conhecido. Trata-se de não permitir que a proximidade necessária entre repórter e sua fonte se transforme na cooptação do repórter pela fonte”, segundo Bucci (apud FORTES, 2005, p.18).

Faz-se necessário uma apuração meticulosa do tema a ser tratado com dados e documentos para que estes possam ser confrontados com o investigado. “Um trabalho completo de documentação, antes do início da apuração, permitirá ao repórter avançar com mais segurança pelo escorregadio mundo dos informantes” (SEQUEIRA, 2005, p.93):

O duplo do jornalismo em estado quimicamente puro virou a cópia de boletins de ocorrência, de sentenças de juízes, de denúncias de promotores e procuradores.

Documentos que, no melhor do jornalismo investigativo, deveriam ser um ponto de partida, viram pontos de chegada (apud TOGNOLLI, 2005, 82).

Reflexão ética como movimento de desalienação

A discussão sobre os códigos de conduta jornalísticos precisa argumentar a idéias de profissão e de sua inserção social, a modificações que sofre, a liberdade que tem e os limites nos quais opera (ideológico, político, econômico). É preciso inserir tal discussão na idéia de valores a serem defendidos, que está embutida nos princípios e que abrangem temas, inclusive, no contexto dos livros, como cláusula de consciência, interesse público, a utilização da informação, métodos lícitos e ilícitos na obtenção de informação e objetividade. Segundo Francisco Karam, em entrevista dada à Fundação Cásper Líbero, o termo “desalienação” significa entender o sentido social do jornalismo e compreender se há barreiras para a plena e essencial atuação jornalística, como apontam os códigos, o que é preciso remover são limites e não a profissão.

No livro “Monitores de Mídia”, Rogério Christofolletti afirma que o jornalista está mais preocupado em manter seu emprego e correr atrás das pautas, do que discutir questões éticas e observa uma frágil relação entre o jornalista com o código de ética. “Basta ver os jornais, a TV ou o rádio que se percebe que não existe uma preocupação



grande com aquilo que está fazendo, que implicações isso pode ter na vida de uma pessoa ou da sociedade” (CHRISTOFOLETTI,2003,p. 52). Como uma solução para este problema, o autor sugere a utilização dos monitores de mídia, ou seja, utilização de dispositivos, equipamentos sociais de aferição da conduta dos meios que orientem os produtores e receptores de informação, apontem caminhos e sinalizem.

A consciência pessoal do jornalista serve muito mais para agir contra ele que a favor, porque, diante da realidade, o jornalista não deve adaptar o mundo à sua consciência para revelar acontecimentos e/ou versões e/ou entrevistar fontes adequadas para si mesmo.

No âmbito do interesse público, Karam afirma: "Jornalismo não é o que diz apenas um profissional, é uma profissão a qual aderem pessoas que, mediante determinados princípios técnicos, éticos, teóricos e estéticos, vão exercê-la sabendo que as vontades e paixões pessoais devem estar submetidas ao interesse público" (KARAM, em entrevista à Fundação Cásper Líbero, 04/2001). Ou seja, deve haver ética profissional. O jornalista não deve levar em consideração suas preferências, e muito menos idealizá-las num texto jornalístico. Embora seja muito difícil usar-se da total imparcialidade, a ética deve tornar-se uma grandeza capaz de conservá-la em determinado tema. Christofolletti concorda ao dizer em seu livro, que “A ética que se espera dos jornalistas não é só um atributo do profissional ou da redação onde atua. Mais que isso, é um pacto de confiança entre a instituição do jornalismo e o público” (CHRISTOFOLETTI,2003,p. 33).

A utilização de métodos ilícitos na obtenção de informações é condenada por alguns códigos de ética no jornalismo e admitida por outros, sob determinadas situações e o sigilo de fonte deve ser bem pensada para que a fonte não suma e o jornalista se desmoralize. A credibilidade está fundamentada na responsabilidade profissional e, segundo trecho do livro:

De certa forma, podemos dizer que as fontes podem não ser éticas, por tentarem esconder, em muitos casos, informações de interesse geral da sociedade e que, não reveladas, podem causar danos ao cidadão em seu dia-a-dia, em sua vida. No entanto, a responsabilidade do jornalista com a informação jornalística e com a mediação da realidade é maior do que a da fonte ou de um cidadão que não está diretamente ligado ao universo cotidiano do jornalismo.(KARAM, 1997, p. 102).



Outros exemplos de desvios na conduta ética dos jornalistas são citados no livro de Christofoletti, como a distorção deliberada das informações, ausência de critérios na apuração dos fatos e notícias com apenas as fontes oficiais.

No artigo “Encruzilhadas”, de Diego Escosteguy, escrito exclusivamente para a publicação do livro “Jornalismo Investigativo”, de Leandro Fortes, verifica-se a defesa do uso de meio lícitos para obtenção de informação numa investigação jornalística:

[...] o uso do *off* é ainda mais delicado, tendo em vista estar agregado a matérias de denúncia[...]. Num bom trabalho de investigação, só vale o recheio. Por uma questão ética e de responsabilidade, não se pode fazer acusações em *off*, sem provas. O que sustenta uma reportagem de investigação são documentos e entrevistas em *on* (ESCOSTEGUY, 2005, p. 93).

Quanto à utilização da informação, há duas ramificações segundo o livro “Jornalismo, Ética e Liberdade” de Karam:

- Informação tratada como bem social ou como mercadoria;
- Direito à vida privada e à liberdade de informação jornalística relacionada ao interesse público.

No primeiro item, o autor declara que a informação é tratada das duas formas: "Se fosse só mercadoria, não poderíamos ter acesso à infinidade de fatos e versões de grande relevância social que acompanhamos diariamente, especialmente pela mídia impressa. Se fosse só bem social, não teríamos fatos e versões embalados pelo marketing informativo, com maior rendimento de acordo com as posições políticas, ideológicas e econômicas de setores de mídia" (KARAM, em entrevista à Fundação Cásper Líbero, 04/2001). Quanto ao segundo item, é possível citar:

Esta síntese, muitas vezes expressa em códigos, só pode ser entendida como referência normativa para discussão, análise e julgamento de um caso com o qual o profissional se defronte e tenha de fazer escolha, tanto no método e abrangência da investigação informativa quanto na opção de publicação, incluindo sua forma e conteúdo (KARAM, 1997, p. 71).

Há também uma explicação de Escosteguy sobre a informação tratada como mercadoria e liberdade de informação jornalística relacionada ao direito público, no caso do impeachment de Fernando Collor:

O problema de grana (crise econômica que acarretou na escassez de boas reportagens investigativas) diz muito, mas não explica tudo. Na década passada, em grande medida por causa do governo Collor, as redações aprenderam a investigar.[...] O que era



antes um esforço restrito a espasmos de produção tornou-se uma política sistemática de revistas (principalmente) e dos jornais (em menor grau) (ESCOSTEGUY, 2005, p. 90).

No capítulo do livro 'Jornalismo, ética e liberdade', em que trata do tema 'Verdade, objetividade, exatidão', Karam afirma:

(...) a democracia informativa requer também a democracia e diversificação na propriedade dos meios, no controle dos meios, no acesso a ele. É onde, juntamente com a pluralidade dos fatos, vai desdobrando-se precisamente a verdade, sempre uma aproximação com a fidelidade dos acontecimentos, com a exatidão na apuração de dados e eventos, com a objetividade narrativa, mas também com a sua humanização (KARAM, 1997, p. 108).

Para Karam, é preciso perceber que a objetividade é produzida por sujeitos que, mediante valores reconhecidos, validam um fato. Objetivamente tais fatos existem e, subjetivamente, são construções humanas. Sempre haverá valores: aqueles defendidos e consolidados como humanos e reconhecidos, e os que devem ser defendidos e consolidados.

Enquanto isso, para Christofolletti, jornalistas precisam ter consciência da importância de estabelecer uma relação ética entre a mídia e o público, pois como comunicação envolve mais de uma pessoa, sozinho os profissionais não conseguem os efeitos esperados.

No jornalismo, um código de ética pode perseguir alguns objetivos, entre os quais assegurar a circulação da informação dentro da sociedade, coibir abusos e desvios e mostrar ao público que a categoria tem regras de conduta. Além disso, ele pode funcionar como instrumento de proteção ou constrangimento, criando uma solidariedade dentro da classe e fortalecendo. Com isso, tem-se também uma maneira de afastar profissionais irregulares ou no exercício ilegal do jornalismo (CHRISTOFOLETTI, 2003, p. 48).

Jornalismo investigativo e o Jornal Nacional

O emprego da ética em reportagens investigativas é um assunto em constante questionamento e pesquisa; envolve questões, inclusive pessoais, de quem as produz e principalmente de quem é investigado, portanto é necessário analisar com muita atenção os direitos humanos e também trabalhistas para concluir uma matéria.

O jornalismo investigativo tem uma longa trajetória no Jornal Nacional “e seu fortalecimento foi acompanhado pelo desenvolvimento do jornalismo comunitário na



Rede Globo” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.300). O telejornal tem em seu currículo muitas matérias investigativas de grande destaque e que tiveram muita repercussão na época em que foram publicadas. Em muitas delas, a tecnologia foi determinante para o sucesso final, com a utilização de equipamentos, que possibilitam a legitimidade da história.

Em algumas das reportagens foi fundamental o uso de microcâmeras, que permitiram o flagrante dos delitos.

O uso de tal recurso, entretanto, exige cuidados éticos. A CGJ – Central Globo de Jornalismo – estabeleceu como norma que o equipamento seria utilizado apenas quando estritamente necessário para tornar evidente, na cobertura de um assunto de interesse público, algo que seria impossível de ser comprovado com uma câmera comum. O critério seria a importância e relevância do tema para o interesse público e a total impossibilidade de se fazer de outra maneira (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.300).

A área investigativa foi referência nacional no ano de 2002 com o caso Tim Lopes. O jornalista da Rede Globo foi brutalmente assassinado quando produzia uma matéria sobre os “bailes funks”, no Rio de Janeiro, promovidos por traficantes principalmente para distribuição de drogas. Com o acontecimento, novas críticas e reflexões sobre a ética no jornalismo investigativo surgiram, expondo diversas concepções sobre o fato. Na ocasião, muitos meios de comunicação não apoiaram a atitude do repórter de insistir em sua permanência nas favelas, alegando que ele sabia dos riscos que corria e que, por causa do “furo jornalístico”, abandonou os critérios éticos e de segurança em busca de uma boa história.

O sacrifício de Arcanjo Tim Lopes provocou o entrelaçamento de situações e circunstâncias que movem o jornalismo de investigação – no qual Tim era mestre – em direção ao poderoso e triunfante crime organizado e uma de suas vertentes: o tráfico de drogas (SOUZA, 2002, p.23).

De acordo com o livro da Rede Globo, “Jornal Nacional”, “Uma comissão do Sindicato dos Jornalistas Profissional do Município do Rio de Janeiro, apontada para acompanhar as investigações, divulgou uma carta com o título *Por que Tim estava lá?*. A carta dizia que graças ao exercício de muitos jornalistas é que a realidade nos morros do Rio de Janeiro é conhecida e que a morte do experiente jornalista não deve servir de pretexto para “declarações e manifestações para que se faça com seus algozes o que fizeram com ele [...] Com certeza não seria esta a vontade de Tim, jornalista que acima de qualquer mandamento, prezava, valorizava e defendia os direitos humanos”. (apud MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.357).



No dia em que foi confirmada a execução de Tim Lopes, “cerca de 25 minutos do noticiário do JN daquele dia foram dedicados ao assunto”. (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.356). E, posteriormente, “a notícia da prisão de Elias Maluco depois de uma operação policial na favela da Grota foi dada pelo JN no dia 19 de setembro.[...] Naquele dia, Bonner leu outro editorial dizendo que” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.360):

Exigir a prisão dos assuntos de Tim, com a persistência com que todo o Brasil exigiu, não era reivindicar um privilégio. Todo assassinato tem que ser punido. Mas a persistência foi também o reconhecimento de que quando se mata um jornalista o que se pretende é calar toda a sociedade (apud MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.360).

“O repórter investigativo, [...] é quase sempre um solitário. São poucos esses seres, são raros. E se ficarem atemorizados com o fim do Arcanjo Tim, [...] brevemente serão os últimos exemplares de uma espécie em extinção. (SOUZA, 2002, p.94) Muitos movimentos foram criados para os direitos e proteção dos jornalistas investigativos, já que em função do trabalho quase sempre ser individual, ele acaba por ser umas das facetas mais perigosas do jornalismo. A prova disso são os dados que mostram quantos profissionais foram “eliminados pela violência” ou se arriscam em “catástrofes” ou “como correspondentes de guerra” (SOUZA, 2002, p.93).

Corruptos e traficantes são os maiores assassinos de jornalistas [...], no ano de 2001, 37 jornalistas foram assassinados em circunstâncias violentas em todo o mundo. Na última década de século XX, 389 jornalistas perderam a vida [...], como se trabalhar como repórter investigativo exigisse, peremptoriamente, um juramento de sangue (SOUZA, 2002, p.93).

É comprovado também que muitos repórteres já sofreram conseqüências por se envolver em denúncias sobre o Estado. Existem casos de agressão, ameaças e até a morte. Isto ocorre porque, muitas vezes, por falta e dificuldade de obter informações pertinentes e indispensáveis para a história, o jornalista acaba por fazer papel de “detetive”.

Segundo o jornalista Federico Mengozzi, em entrevista exclusiva ao Fonte Zero é necessário que haja uma distinção clara entre o trabalho do repórter investigativo e o trabalho da polícia. ‘Frequentemente o que ocorre, é que por falta de competência da polícia o repórter acaba por invadir a área de atuação policial, isso é errado, imagine se a polícia invadir nosso meio’, disse Mengozzi (ABLAS, 2002).



São por esses fatores que as questões éticas na vertente investigativa não podem ser definidas de forma concreta. Nesta área é necessário descobrir fatos que estão ocultos, que ainda não fazem parte da opinião pública e não somente construir a realidade que já é aparente.

Aí está a diferença entre o repórter investigativo e o jornalismo burocrático, conformado. Este, diante dos fatos criminais, prefere pautar-se pelos órgãos do Estado. Partem deles, os informantes oficiais, sugestões, abordagens e enfoques. É como, na educação, confundir educar com amestrar. O repórter investigativo é tantas vezes seu próprio pauteiro, o senhor de suas fontes, o avaliador do interesse social, o Quixote das causas perdidas, o que consegue ver o que a maioria não consegue (SOUZA, 2002, p.93).

Jornalismo Declaratório e o Brasil Urgente

Um novo tipo de jornalismo vem sendo praticado nos meios de comunicação e imprensa mundiais. A principal característica deste estilo jornalístico se pauta pela falta de esforço dos profissionais em perseguir as verdades dos fatos, e a deficiência dos veículos de investir em boas matérias. Se foca na “simples coleta de declarações” (COLLING, 2006) sem se preocupar com a real apuração e investigação dos acontecimentos. “É lento, linear e desvitalizado. Há muitos anos que os jornais de domingo apresentam este tipo de jornalismo requentado e chocho”. (DINES, 2006).

Podem ser eventualmente fartos no número de páginas [...], podem até ser densos no tocante à dimensão das matérias, mas não conseguem ser completamente atuais. Pecado capital porque a excelência jornalística mede-se principalmente pela velocidade de resposta (DINES, 2006).

Cada vez mais a mídia áudio-visual é dominada por esse modelo jornalístico. A imprensa “burocratizou sua capacidade de reação e seu instinto de resposta” (DINES, 2006).

Desde o tempo de Collor que a TV e as semanais lideram o pelotão em matéria de jornalismo investigativo. Isso revela o seguinte: que o jornalismo diário está muito voltado para o evidente, ou no caso da polícia para o que a gente chama de jornalismo declaratório. E as semanais aprenderam a jogar fora isso. Elas deixaram de ser um resuminho da semana, substituíram ou reduziram as notícias semanais e estão investindo em pauta nova e, portanto, não estão presas ao factual (WEIS, 2005).



Além da debilidade das declarações, os programas normalmente condizem com a falta de ética, “exibidos em horário classificado como livre pelo governo federal, isto é, liberados para menores de 12 anos”. (MATTOS, 2005). “A exploração da miséria e da violência é disfarçada de jornalismo, de ‘verdade das ruas’, de ‘serviço público’ ou seja lá o nome que estes pseudo-jornalistas dão ao que fazem”(MELLO, 2006). É o exemplo do Brasil Urgente, transmitido pela Rede Bandeirantes, “tudo travestido de um ‘telejornal que presta serviços à população’” (MELLO, 2006).

A violência estimula os programas sensacionalistas na TV ou são esses programas que estimulam ainda mais a criminalidade nos grandes centros? Nem um nem outro, [...]. O que realmente incentiva esse tipo popularesco de atração é, sem dúvida, a audiência (CORDEIRO, 2005).

Pela falta de compromisso com a verdade e pelo desinteresse em ouvir todas as partes envolvidas em uma história, o jornalismo declaratório transforma tudo em espetáculo, sem nem chegar ao alcance do investigativo, em que a declaração é apenas o começo da reportagem.

O atual ciclo de denúncias não chega a ser uma antologia de jornalismo, mas é uma preocupante coleção de mazelas jornalísticas. Busca-se a credibilidade, mas poucos oferecem transparência, pretende-se a moralização da vida pública, mas os bastidores da imprensa continuam imersos na sombra (DINES, 2005).

O problema não se restringe somente à qualidade da programação televisiva, afeta também a população com seu poder manipulador da interpretação dos fatos, que “são apresentados como se fossem capítulos de um grande enredo” (ARBEX, TOGNOLI, 1996).

A moralização da sociedade não se faz com golpes de moral duvidosa. A busca da verdade exige um mínimo de transparência dos buscadores. [...] O atual turbilhão desvenda uma gravíssima crise de valores. Cabe à imprensa preservá-los. Sem valores, a imprensa vai para o brejo – junto com os mensalistas, os ensandecidos, os utopistas, os irresponsáveis e os corruptos, ativos ou passivos (DINES, 2005).

Outros telejornais já saíram do ar, devido à pressão por parte do Estado, pelo seu conteúdo questionável, principalmente no que diz respeito à ética profissional e os respeito pelos envolvidos. “A campanha ‘Quem financia a baixaria é contra a



cidadania’, da Câmara dos Deputados tem combatido esse tipo de programa e outras aberrações que invadem a casa dos telespectadores” (CORDEIRO, 2005).

A Band diz não sofrer pressão do governo ou de anunciantes pelo fim do telejornal popular. Também afirma não considerar que o programa seja sensacionalista ou que prejudique a imagem de credibilidade jornalística da emissora.[...] ‘Ele é necessário diante de nossa realidade violenta’ diz Marcelo Parada, vice-presidente da Rede Bandeirantes (MATTOS, 2005)

O jornalismo declaratório é o principal motivo de desinteresse crescente dos leitores, pois “está em relação direta com o excesso de aspás, a falta de apuração, a crise da reportagem e a substituição de matéria jornalística por transcrição rotineira de fitas” (DI FRANCO,2006). Sobra declarações leviana, mas falta apuração rigorosa. Por isso, “urge combater as manifestações do jornalismo declaratório e assumir, com clareza e didatismo, a agenda do cidadão. É preciso cobrir com qualidade as questões que influenciam o dia-a-dia das pessoas” (DI FRANCO,2006).

Jornalismo Investigativo e o Jornalismo Declaratório

Uma discussão que está sendo colocada em pauta por profissionais da área é a possível substituição do jornalismo investigativo pelo declaratório. Existem diferentes concepções sobre o assunto, que envolvem intelectuais e jornalistas do ramo investigativo.

“O jornalismo investigativo não desempenha o papel que deveria na sociedade, ele foi tomado pelo declaratório, do tipo que é leviano, irresponsável e que não combina com a prática essencial do jornalismo, que é fazer a denúncia e comprová-la e não simplesmente uma suspeita, um indício, uma declaração” (BARCELLOS, 2006).

Hoje, entrevistas e declarações oficiais, que deveriam ser ponto de partida para a apuração das notícias, tornam-se o ponto final de uma matéria. “Não devemos nunca acreditar na primeira versão de um fato, ou seja, na versão oficial da polícia, no boletim de ocorrência. O BO deve, sim, servir como início de uma investigação jornalística” (CAMPOS, 2006).

De acordo com Caco Barcellos, repórter investigativo que já atuou no Jornal Nacional, “as verdades dos meios de comunicação estão relacionadas com a postura das famílias donas deles. Poucos telespectadores percebem isso e dificilmente questionam a



ideologia de um jornalista”. Um marco do jornalismo investigativo no Jornal Nacional “foi a denúncia de contrabando envolvendo as Forças Armadas [...] em reportagem exclusiva”, feita pelos jornalistas Caco Barcellos, Roberto Cabrini e Fernando Molica.

A investigação parece ter desaparecido. Agora o que se tem é apenas uma reprodução, retransmissão dos fatos. A busca por outras verdades ocultas se torna escassa.

O que é a investigação? Nada mais é do que a procura independente que o repórter faz para levar para o seu público a informação com maior qualidade possível, não repetindo histórias já contadas, o que os outros já disseram buscar o novo de forma a exercitar a curiosidade a todo tempo e não fazer as pessoas perderem tempo. E, sobretudo, buscar histórias que sejam de interesse público. (BARCELLOS, 2006).

Já o programa Brasil Urgente é caracterizado pela produtora de jornalismo, Tatiane de Jesus, como totalmente factual.

Pra gente, o que interessa é a notícia da forma mais real possível, mais ao vivo possível. Conta muito a parte do Ibope. [...] Muitas vezes vamos pelo calor do momento [...] principalmente pelo fato de representar uma grande parcela da população [...] O Datena – José Luís Datena, apresentador do programa- participa muito da escolha dos assuntos, ele tem um poder muito grande de persuasão, pode falar 1 hora de uma caneta se não tiver pauta para o jornal

Segundo Tatiane, a polêmica que gera o telejornal não tem lado negativo, exceto o fato de faltar profissionais para estarem simultaneamente em todos os lugares, para cobrir com a maior instantaneidade possível o que estiver acontecendo. “Eu vejo a polêmica como positiva, acredito que se não há polêmica não há algo interessante, e, se é interessante tem que se criar alguma crítica, e o Brasil Urgente é um programa jornalístico muito bom”.

Considerações Finais

A partir da conclusão desse trabalho de pesquisa é possível observar um real desaparecimento gradativo do jornalismo investigativo e conseqüentemente um grande aumento do jornalismo declatório, que cada vez mais vem sendo praticado principalmente pelos programas considerados sensacionalistas e polêmicos, como o caso do Brasil Urgente.

A investigação profunda deixa de ser um fator relevante para a produção das matérias, e até mesmo a falta de comprovação de fatos e pautas são realidades da



televisão brasileira atualmente. Cada vez mais o interesse público é substituído por somente aquilo que os telespectadores querem ver, da forma com que gostam de receber a informação. Não se busca mais a verdade, o que é prioridade agora é a audiência.

Essa prática singular do jornalismo declaratório parece ser a tendência da área que mais ganha credibilidade, enquanto a investigação, seja pelo medo dos repórteres, falta de interesse do público e dos próprios veículos de comunicação, parece entrar no esquecimento do jornalismo.

Bibliografia

ABLAS, Guilherme. O dia seguinte do jornalismo investigativo. 2002. Disponível em: <http://www.fonzero.hpg.ig.com.br/tim%20lopes.htm>. Data de acesso: 12/10/2006

ARBEX; TOGNOLLI. A problemática do jornalismo. 1996. Disponível em: www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br. Acesso em: 14/11/2006.

BARCELLOS, Carlos. Palestra realizada na Universidade Anhembi Morumbi. 2006. 12/09

BARCELLOS, Carlos. Depoimento [12 set. 2006]. Entrevistadoras: Adriana Sandoval, Andréia Choi, Camila ferraz, Paula Carone, Raíssa Abdalla, Sula Zaleski.

CAMPOS, Gilberto. depoimento [15 out. 2006]. Entrevistadora: Raíssa Abdalla. 5 páginas.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Monitores de Mídia. 1ª edição. Editora UFSC e Univali editora, 2003.

CORDEIRO, Leila. Baixarias na tv. 2005. Disponível em: <http://observatorio.ultimo.ig.com.br/artigos.asp?cod=335ASP008>. Data de acesso: 25/10/2006.

DINES, Alberto. NYT de pileque, nossos jornalões de ressaca. 2004. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=276IMQ001>. Data de acesso: 23/10/2006.

FORTES, Leandro. Jornalismo Investigativo. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2005. 125p.

FRANCO, Carlos Alberto Di. Repensando os jornais. 2006. Disponível em: www.estadao.com.br. Acesso em: 13/10/2006.

JESUS, Tatiane Carolina de. Depoimento [14 nov. 2006]. Entrevistadoras: Camila Ferraz, Raíssa Abdalla e Sula Zaleski: Rede Bandeirantes de Televisão. 1 página.

KARAM, Francisco José. Jornalismo, Ética e Liberdade. 1ª edição. Summus, 1997. 147p



MATTOS, Laura. "Mundo cão" de Datena ganha fôlego na Band. 2005. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=335ASP008>. Data de acesso: 09/10/2006.

MELLO, Marcelo Antonio Oliva de. **BRASIL URGENTE: Da porta do xadrez para o palácio**. 2003. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv150720031.htm>. Data de acesso: 23/09/2006.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional : A notícia faz história**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2004. 407 p.

RANGEL, Carolina. Entrevista com Luis Weis. 2005. Disponível em: <http://www.fazendomedia.com/novas/educacao131105.htm>. Data de acesso: 09/10/2006.

SEQUEIRA, Cleofê. **Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia**. 1ª edição. São Paulo: Summus, 2005. 197p.

SOUZA, Percival de. **Narcoditadura: o caso Tim Lopes, crime organizado e o jornalismo investigativo no Brasil**. São Paulo, Labortexto Editorial 2002. 264 p.

VIDIGAL, Edson. O papel do jornalismo investigativo. 2002. Disponível em: <http://www.anj.org.br/jornalanj/index.php?q=node/179>. Data de acesso: 15/10/2006